

As interfaces dos direitos humanos na Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹

Carmem Lúcia Barbosa Aguiar Pinto²

Resumo:

O presente artigo tem como finalidade apresentar algumas especificidades relacionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), relatando a experiência com uma classe de alfabetização. O principal objetivo deste trabalho é o de focar os processos de inclusão social proporcionados na EJA como direito do cidadão que por diversos motivos, procurou esta modalidade de ensino. Também pretende tratar dos direitos humanos fundamentais negados e a exclusão histórica do público da EJA gerada pela socialmente, a partir de um estudo teórico e calçado nas bases legais, como a Lei de Diretrizes e Bases e a Constituição Federal. A modalidade da EJA define-se justamente por essas características e necessidades dos estudantes. É importante reconhecer a educação como um bem comum a todos, independente de sua classe social ou diferenças. Todos têm direito à educação e é preciso lutar para tornar a EJA uma prática realmente inclusiva.

Palavras-chave: EJA; Inclusão; Direito; Cidadania.

Resumén

Este artículo tiene como objetivo presentar algunas características específicas relacionadas con jóvenes y adultos (EJA), relatando la experiencia con una clase de alfabetización. El objetivo principal de este trabajo es centrarse en los procesos de inclusión social en educación como un derecho del ciudadano de la juventud y adultos que por diversas razones, esta modalidad de enseñanza. También busca abordar los derechos humanos fundamentales negados y la histórica exclusión del público de la EJA generado por la escuela, de un estudio teórico y de calzado en

¹ Este trabalho, desenvolvido sob orientação da professora Maiane Liana Hatschbach Ourique, é requisito parcial para a conclusão do curso de especialização em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão/RS.

² Pedagoga. Pós-graduanda do curso de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão/RS. Endereço eletrônico: caia.aguiar@hotmail.com.

los fundamentos jurídicos, como la ley de directrices y Bases y la Constitución Federal. Modo de EJA se define precisamente por estas características y necesidades de los estudiantes. Es importante reconocer la educación como un bien común a todos, independientemente de su social o las diferencias de clase. Toda persona tiene derecho a la educación y tienes que luchar para hacer la EJA una práctica realmente inclusive.

Palabras clave: EJA; Inclusión; Ley; Ciudadanía.

1. Introdução

O presente artigo tem como finalidade apresentar algumas especificidades relacionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), relatando a experiência com uma classe de alfabetização, nesta modalidade de ensino, que aconteceu na área rural, no Centro Comunitário da Comunidade Cerro do Matadouro, localizado na estrada Joaquim Caetano, no município de Jaguarão, Rio Grande do Sul. O principal objetivo deste trabalho é o de focar os processos de inclusão social proporcionados na EJA como direito do cidadão que por diversos motivos, procurou esta modalidade de ensino. Também pretende tratar dos direitos humanos fundamentais, que é o respeito à vida, à liberdade, à igualdade e a dignidade³ e a exclusão histórica do público da EJA gerada pela escola, a partir de um estudo teórico e calçado nas bases legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O conceito de EJA muitas vezes confunde-se com o de ensino noturno, ensino popular, ensino comunitário, ensino não-formal, ensino supletivo, dentre outros. Porém esta é uma definição equivocada, uma vez que a EJA não se define pelo turno em que é oferecida, mas sim pelas características e especificidades dos sujeitos aos quais se destina. A EJA, nova denominação do ensino³, caracteriza-se por uma modalidade pedagógica flexível que ajusta as características e vivências culturais dos sujeitos à necessidade de conhecimentos formais, sentidas especialmente na inserção no espaço de trabalho.

³ A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu Título II, os Direitos e Garantias Fundamentais, consta no Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Antigamente conhecido como MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado durante a ditadura militar no Brasil e extinto em 1985.

Cabe aqui abordar uma concepção ampliada de EJA, vendo-a como direito de aprender, de ampliar conhecimentos ao longo da vida, e não apenas de se alfabetizar. Em outras palavras, os adultos passam a maior parte da sua vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seu cotidiano em diferentes ambientes. A EJA é espaço de tensão e aprendizado. Neste espaço, vivenciam-se oportunidades, descobertas, conhecimentos e troca de experiências entre os alunos e o professor, com muito significado, pois cada um tem um relato, fatos, casos e opiniões, que contribuem para a formação de jovens e adultos como sujeitos da sua própria história.

A modalidade da EJA define-se justamente por essas características e necessidades dos estudantes. Várias iniciativas de EJA em instituições escolares ou outros espaços têm demonstrado a necessidade de oferecer essa modalidade em horários alternativos ao noturno, haja vista as novas configurações do mundo do trabalho. Segundo o Caderno EJA, **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos:**

A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos (BRASIL, 2006,p. 4).

Desta forma, podemos afirmar que o aluno da EJA, não é aquele que está à procura de aperfeiçoar profissionalmente seus conhecimentos, muito menos aquele com uma escolaridade regular. São geralmente homens e mulheres desempregados, moradores urbanos de periferias, favelas e vilas

Vivem no mundo industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral, trabalhando em ocupações não qualificadas. Trabalhadores em busca de uma melhor condição de vida, uma boa moradia e que lutam para superar suas condições precárias⁵ que, para eles, têm suas raízes no analfabetismo.

Eles trazem suas vivências e configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos. As

⁵ Uma pessoa está em vulnerabilidade social quando ela apresenta sinais de desnutrição, condições precárias de moradia e saneamento, não possui família ou não possui emprego, por exemplo. Esses fatores compõem o risco social, ou seja, é um cidadão, mas ele não tem os mesmos direitos e deveres dos outros.

escolas para jovens e adultos recebem alunos com perfis totalmente diferentes uns dos outros, tanto no que se refere às condições de vida ou faixa etária, quanto aos modos e ritmos de aprendizagem. As realidades são diferentes, suas culturas são diferentes e é a partir delas que se compreende o tipo de aluno. A visão sobre suas responsabilidades sociais e familiares, suas concepções de ética e moral interferem diretamente no significado que dão ao estudo, partindo daí para relacionarem-se com a escola.

É importante reconhecer a educação como um bem comum a todos, independentemente de sua classe social ou diferenças. O pobre, o negro, o índio, a criança, o adolescente, o adulto e os sujeitos portadores de necessidades especiais, todos têm direito à educação. Temos que lutar para garantir esse direito, não devemos ficar à espera de um milagre, mas sim temos que ir em busca dos nossos desejos de ter e adquirir mais conhecimentos. Neste sentido, é preciso tornar a EJA uma prática de ensino realmente inclusiva:

A inclusão é hoje mais que uma proposta escolar, é uma proposta social. Passa pela luta por uma escola para todos, passa pela importância de educar para a pluralidade, para a convivência numa sociedade diversificada, na qual o encontro das diferenças físicas, culturais, ideológicas, entre outras, é condição primeira para a transformação de toda uma sociedade. Como é sabido, as tendências atuais, em matéria de princípios, políticos e práticas educativas, vão claramente no sentido da formação dessa escola para todos, dessa escola inclusiva. Uma estrutura educativa de suporte social, que receba a todos, que abrigue os alunos independentemente de suas diferenças e condições físicas, sociais, étnicas, religiosas, lingüísticas, etc. Uma escola que apóie as aprendizagens, promovendo uma educação diferenciada que responda às necessidades individuais, desconstruindo as marcas institucionais segregadores. (MATOS, 2008, p. 40).

Assim, os sujeitos devem e podem desfrutar de seu tempo livre para praticar atividades que possam melhorar sua qualidade de vida, sendo desta maneira, incluídos na sociedade com uma educação que o ajude a adquirir uma postura social capaz de aceitar diferenças, sejam elas, raciais, sociais ou econômicas, e assim alcançar a própria autonomia enquanto educandos e não excluídos por ela.

2. Argumentos legais que fundamentam a EJA

A Constituição Federal (1998, Art. 205) afirma que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Ainda, o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta é garantida para todos os que a ele não tiveram

acesso na idade própria. Mesmo assim temos muitas crianças que, na maioria das vezes, se afastam do espaço escolar por, dentre outros motivos, serem obrigado a contribuir com a renda familiar, por não terem internalizado a educação como um projeto de longo prazo, por vivermos numa época de imediatismo ou por recusarem os estudos. Ainda, por não se adaptarem à escola, por não pertencerem à mesma classe social dos demais colegas ou até mesmo por não terem uma maior compreensão do que é transmitido pelo educador, por exemplo. Tudo isso pode causar um enorme desinteresse no educando, levando-o a fazer a troca da “cultura escolar” pela “cultura da rua”⁶ e gerando a exclusão.

Conforme está no Art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, "O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria". Esta obrigação é a ratificação de uma obrigação já presente na Constituição Federal de 1988, que é dever do Estado garantir o ensino, gratuito, obrigatório, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Mas mesmo com esta garantia amparada por lei, ainda há muitos cidadãos que continuam não tendo acesso à escola, por inúmeros motivos. Alguns talvez por não coincidir o horário, vergonha de retornar aos estudos, por uma idade mais avançada, levando os mesmos a acreditar que estão velhos para ir à escola ou retornar para dar continuidade a seus estudos e, talvez, porque não têm apoio e nem estímulo dos familiares e amigos para que haja este retorno ao ambiente escolar.

Alguns dos jovens e adultos que retornam, ou dão início a sua trajetória escolar, muitas vezes são submetidos a avaliações que se transformam em barreiras, pois são avaliações classificatórias e não qualitativas, que não levam em conta o conhecimento de mundo, as culturas e vivências particulares dos educandos. Torna-se necessário compreender que cada aluno tem uma forma diferenciada de aprender. Neste sentido, é necessário lembrar que Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico pode ser traduzido numa célebre frase sua: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (1988, p. 80). O objetivo de sua proposta era antes mesmo de

⁶ É o conjunto de comportamentos, valores, visões de mundo, percepções (tais como as de tempo, espaço e pessoa), aspectos interacionais, estratégias de sobrevivência e rotinas cotidianas bastante específicas a uma população com características peculiares, mesmo que heterogêneas, e com uma rede de relações e interações simbólicas próprias.

iniciar o aprendizado da escrita, levar o educando a assumir-se como sujeito ativo, capaz e responsável com a intensão de desmistificar a cultura dominante, letrada e opressora.

Foucambert (apud AZEVEDO, 1995, p. 88) afirma que “não se trata apenas de democratizar a leitura, assegurando a todos o acesso a ela como se fosse um bem como outro qualquer, uma democracia somente merece este nome se seus participantes tiveram acesso à cultura, aos conhecimentos”. Alguns sujeitos são alfabetizados fora do espaço escolar onde aprendem a ler e escrever. Mas não basta o sujeito aprender a ler e escrever, eles têm a necessidade de saber responder ou argumentar às exigências da leitura e da escrita que é posta pela sociedade, ou seja, eles precisam ter a compreensão do que está sendo aprendido.

Alfabetização é um processo de interação entre escola, alunos, família, sociedade. É um processo de troca entre estes segmentos, uma vez que ela se dá nas práticas cotidianas, como uma simples ida ao supermercado, nas necessidades diárias que vão muito além do espaço escolar. Podemos afirmar, então, que a alfabetização é um processo interdiscursivo que deve priorizar a mediação com o outro pela palavra, valorizando todos os ambientes em que o aluno está inserido.

A escola e a cultura letrada reforçam a comunicação lingüística, sem elas, a tendência é uma comunicação muda, em que a ação fala por si e se apóia sobre a identificação com figuras que predominantemente “atuam” ao invés de fazerem uso da palavra. A ação da escola no sentido de ampliar e afirmar padrões de comunicação verbal precisa ser muito massiva para poder contra-restar o peso de um ambiente em que eles não são dominantes. (PAIVA, 1992, p. 89).

A Constituição Federal, Art. 37, refere-se à EJA, indicando que se destina “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. No inciso 1º, deixa clara a intenção de assegurar educação gratuita e de qualidade a esse segmento da população, respeitando a diversidade que nele se apresenta.

A diversidade, aspecto tão valorizado na educação contemporânea, deve ser trabalhada com os alunos de EJA com uma metodologia também variada e de acordo com a realidade do grupo, para que haja uma contínua renovação de informação proporcionando aos mesmos uma participação ativa e levando-os a refletir e relacionar sua aprendizagem com suas experiências de vida. Certamente, em uma turma heterogênea, se torna difícil, mas não impossível, elaborar

atividades que estejam de acordo com a realidade do grupo, principalmente, pela desigualdade de idade para que não haja dificuldade de relacionamento entre os jovens e adultos no espaço escolar.

Bourdieu salienta que os limites entre a juventude e a velhice sempre foram objetos de disputas em todas as sociedades: “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém.” (1983, p.113). A educação é considerada como um direito de todos os sujeitos, como está posto na Constituição Federal e pela LDB, e como sabemos no Brasil os investimentos em educação estão cada vez mais direcionados ao propósito de alfabetização e profissionalização. Mas ainda há muito que fazer em favor da EJA em nosso país. Esta é uma realidade que diariamente estamos presenciando, pois são muito poucos os que frequentam a escola e, geralmente, são aqueles que pertencem a um grupo social privilegiado economicamente. Sendo assim, estes sujeitos acabam por abandonar a escola mais cedo.

A Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, desde o seu nascedouro até os dias atuais, tem sido muito mais sentida e tida como um processo de barbárie e de alienação, desconhecendo, portanto, essa intrínseca relação com os movimentos sociais, eles urbanos ou rurais (AGUIAR, 2001, p. 90).

Sabemos que os alunos da EJA são aqueles que vêm sendo excluídos da educação regular. Eles sofrem preconceitos, críticas, não só pela sociedade, mas também pela própria família e, então, para eles retornarem a escola após certo tempo se torna um grande desafio e uma constante luta. Estes alunos, na maioria, já estão inseridos no mundo de trabalho e outros ainda esperam ingressar. Sendo assim, aqueles que já estão nesse espaço procuram manter a sua situação profissional. Não estão visando apenas o certificado, mas, sim, uma continuidade de seus estudos, até mesmo os analfabetos. Os estudantes têm que romper muitas barreiras preconceituosas para conseguir a sua grande conquista que é o desejo de aprender, atualizar-se e ter novos conhecimentos e saberes.

Este sujeito não deve desistir de lutar por seus ideais de procurar os seus direitos adquiridos por lei, pois é de grande interesse deste sujeito fazer valer o que é de seu direito e não deixar que a sociedade decida o que deve fazer em relação a sua educação. Hoje, um adulto analfabeto é ignorado – e é ignorado pelo sistema jurídico - muitos de seus direitos o que leva o mesmo a ser excluído. Esta exclusão tanto no ambiente familiar, quanto em qualquer outro segmento social, é muito

marcante, dolorosa, e muitas das vezes os próprios filhos destes sujeitos já trazem consigo esta diferença que os leva a se sentirem inferiores, desvalorizados, por ter uma família que não teve oportunidade ou não quis aprender no “tal” período ideal. De acordo com Cappelletti (1988, p. 11), “entre os direitos garantidos nas modernas constituições estão os direitos ao trabalho, à saúde, à segurança material e a educação”.

A cada novo governo, os responsáveis pela área da educação elaboram novas metas, buscando parcerias com instituições particulares, sindicatos e outras, sempre visando melhorias e estratégias relacionadas ao ensino em geral, para que haja mais interesse pela sociedade em auxiliar na educação, principalmente na EJA. Mas, mesmo assim, ainda temos muitos analfabetos, que não conseguiram estar em uma escola em seu tempo ideal e agora depois de adultos apresentam resistência a esta ideia ou à necessidade de uma aprendizagem, pois os próprios analfabetos acreditam ser incapazes de incluir-se. A escola que os alunos da EJA imaginam, é aquela que conhecem porque já passaram por ela ou porque acompanham o cotidiano de seus filhos, porém nem sempre é aquela com que se deparam nos primeiros dias de aula. Nesses casos, esperam encontrar uma escola, onde predominam aulas expositivas, onde o professor é o centro do saber e transmite conteúdos que são recebidos passivamente pelo aluno.

A maioria destes alunos não retorna para a escola alegando que já estão velhos para aprender a ler ou escrever e este pensamento é tão presente nestes sujeitos que eles acabam acreditando neste mito. Porém alguns alunos retornam para vencer este medo de viver o novo, sabendo que não será fácil, mas o objetivo de cada aluno geralmente é aprender a ler e escrever, pois eles sabem da necessidade de uma educação continuada e de sua importância em melhorar a qualificação para o trabalho. De acordo com Aguiar (2001, p. 96):

Não querer dar sentido à Educação é negar um direito à vida numa sociedade que se proclama democrática. É, por conseguinte, abrir caminhos para o autoritarismo, para a não-autonomia, para a sujeição aos senhores da dominação.

Um dos objetivos mais importantes da educação ocidental é preparar o sujeito para o exercício da democracia, dando a este a capacidade de liberdade, autodeterminação e autonomia. É também preparar este sujeito para ser um

cidadão crítico ciente de seus direitos e deveres para com a sociedade em que está inserido.

3. A educação promotora de direitos humanos e cidadania

A EJA representa uma possibilidade de mostrar aos sujeitos que há um caminho para o desenvolvimento de todos os cidadãos, de todas as idades, permitindo uma constante troca de conhecimentos, experiências, práticas, reflexões e obtendo novas formas de trabalho e cultura.

Há uma grande necessidade da sociedade em perceber a educação como um fator fundamental para que os sujeitos tenham oportunidades e possibilidades de realizar suas reflexões. Como sabemos, a educação é processo contínuo e devemos criar alternativas diversificadas para que os educandos sejam capazes de dar continuidade à sua aprendizagem, não só quando estiverem na escola, mas também fora do espaço escolar, no seu cotidiano.

A necessidade de se formular políticas públicas para educação, em geral, e para a educação de Adultos, em particular, consoante com as verdadeiras aspirações da população, parece ser a alternativa para consolidar a democracia política e permitir participação. (AGUIAR, 2001, p. 99)

Hoje, os direitos humanos estão cada vez mais atingindo pessoas de classes menos esclarecidas, a mídia trata de esclarecer esses direitos através de anúncios, publicações, propagandas, novelas e filmes. Este fato contribui para o favorecimento e a compreensão das pessoas que estão à margem, fazendo com que se coloquem a frente de sua realidade e busquem melhorias em suas vidas nos mais diversos aspectos.

Como indivíduos, podemos passar por experiências de fragmentação nas nossas relações pessoais e no nosso trabalho. Essas experiências são vividas no contexto de mudanças sociais e históricas, tais como mudanças no mercado de trabalho e nos padrões de emprego. (WOODWARD, 2000, p. 31).

É papel do Estado pensar em projetos que estimulem os jovens e adultos que, por um motivo ou outro tiveram que abandonar os estudos ou mesmo aqueles sujeitos que nunca haviam frequentado uma escola. Como sabemos, a algum tempo atrás só teriam acesso à escola aquelas crianças que pertencia a uma

classe social privilegiada, por outro lado aquelas crianças filhos de empregados não tinham necessidade de aprender a ler e escrever. A eles só restaria aprender a trabalhar, pois para muita gente, havia interesse que uma grande parte da população não tivesse acesso à escola, porque aqueles que eram analfabetos, não teriam seu trabalho valorizado perante a sociedade tornando-se um sujeito vulnerável que não tinha argumentos e nem autonomia para reivindicar os seus direitos e muitas vezes eram forçados a trabalhar horas e horas por um salário inferior.

Cabe à família também, apoiar e estimular estes sujeitos a, voltarem à escola, não só para aprender a ler e a escrever, mas, para ter acesso a informações, que o auxiliem a compreender e utilizar estas novas leituras, dando significado aos conhecimentos que adquire ao longo do processo educativo, levando o sujeito a permitir uma interação constante com diferentes estratégias de ensino permitindo ao educando possibilidades de fazer relações do que já conhece com o que ele vai aprender.

Cidadania implica sentimentos comunitários, processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos, o que aponta para a construção da cidadania como um processo coletivo, no qual cada um representa um papel importante dentro de seu contexto social. (NEVES, 2005 p. 46).

Cidadania é a qualidade ou condição de um cidadão⁷ que, como membro de um Estado, tem o direito de participar de sua vida política e social. Um cidadão incluso em sua sociedade deve ter o direito de participar ativamente em todos os ambientes que influenciam diretamente em sua vida. Um desses ambientes é a escola.

Cabe aqui, levantar um questionamento sobre a realidade escolar. Ela está de acordo com a realidade de seus alunos? Seu currículo é voltado a atender às necessidades de seus educandos, em particular ao público da EJA? Repensar o currículo é a solução?

Podemos dizer que não basta apenas reconfigurar os currículos, este não é o único caminho que deve ser tomado para que os alunos da EJA sejam reconhecidos como sujeitos capazes. Repensar a educação, como um todo, desde as metodologias e posturas utilizadas pelo educador, bem como suas próprias

⁷ Cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na constituição.

concepções sobre este público tão diverso, deve ser o primeiro passo em direção à inclusão dos sujeitos da EJA.

A escola deve possibilitar oportunidades para o cidadão expressar o que pensa, o que sabe e o que acredita, com o objetivo de garantir seus direitos, tornar-se mais confiante de que é digno de lutar por sua participação efetiva na sociedade garantindo, desta forma, que seus direitos não fiquem apenas no papel, mas que sejam de fato idealizados.

Permitir que através uma forma natural de manifestação própria do jovem se possa garantir que tenham condições de pensar e lutar pela justiça social, hoje tão distante do ideal de vida de grande parte do povo brasileiro, buscando-se o resgate da cidadania em contraposição a uma subcidadania que não prevê o entendimento do posicionamento e da importância social de cada um. (NEVES, 2005, p. 17).

Assim, entende-se que a escola precisa ser um espaço mediador entre seus educandos e a sociedade em que estão inseridos, um espaço que propicie o entendimento de que todos os sujeitos têm os mesmos direitos, independente de sua condição social ou escolar.

4. Experiência na EJA

Sou professora alfabetizadora do município de Jaguarão/RS. No ano de 2009, tive oportunidade de trabalhar com uma turma de jovens e adultos da área rural, no Centro Comunitário da Comunidade Cerro do Matadouro, localizado na estrada Joaquim Caetano, em Jaguarão. Era o programa chamado ALFABETIZAR PARA PROFISSIONALIZAR, direcionado para os moradores da área rural, conforme consta no contrato do Sindicato Rural, Prefeitura Municipal e Rotary Club, juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A proposta deste programa era alfabetizar os moradores da área rural, buscando a profissionalização dos mesmos.

O grupo era composto por dezessete alunos sendo três homens e quatorze mulheres, dos três alunos homens, dois eram analfabetos, um destes já havia frequentado a escola na época do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o outro nunca tinha frequentado uma escola. Do grupo das mulheres três eram analfabetas e nunca haviam frequentado uma escola, as demais eram

alfabetizadas. Alguns desses alunos moravam próximo ao local onde era desenvolvido o programa de alfabetização, mas havia um casal que viajava quarenta quilômetros para estudar. Essa iniciativa do casal era vista pelos demais colegas como um exemplo de pessoas que tinham uma grande vontade de aprender a ler e a escrever. Do grupo, o aluno com mais idade tinha 68 anos e o mais novo, tinha 32 anos.

O grupo, em geral, apresentava uma enorme satisfação por ter a oportunidade de estudar. Os próprios alunos realizavam comentários sobre a chance de terem este espaço, pois como já foi relatado, alguns deles nunca tiveram a oportunidade de frequentar uma escola, e os que frequentaram, tiveram que abandonar os seus estudos por vários motivos, dentre eles, trabalhar e auxiliar no aumento da renda familiar. Alguns destes sujeitos por morar na área rural, não tinham acesso, pois não havia escola nem perto ou até distante de sua residência e alguns deles relataram que sua família enfrentava muitos obstáculos por causa de uma visão de acordo com a tradição discriminatória quanto ao gênero, que os filhos homens podiam estudar em quanto as mulheres tinham que ficar em casa auxiliando a figura materna nos afazeres domésticos.

Visando o perfil da turma, que não era homogêneo, procurei trabalhar tanto no ano de 2009 e os próximos anos de atuei na EJA ,baseando-me na realidade e experiências do grupo, busquei dialogar com o grupo, proporcionando aos sujeitos momentos de reflexão sobre sua aprendizagem e saberes, havendo uma constante troca de experiências do cotidiano dos mesmos a cada encontro.

Procurei trabalhar com eles partindo de atividades que fossem desenvolvidas com motivação, mais adequadas ao grupo para despertar neles interesses, curiosidades de seguir realizando novas descobertas e oportunizando aos sujeitos compartilhar, questionar, explorar e refletir, sobre o tema que estávamos trabalhando. Cito de exemplo o trabalho relacionado com as faces da lua, partindo de relatos dos próprios alunos, os menos relataram qual a face da lua que favorece no plantio de hortaliças, na reprodução das aves, em podas de árvores e adestramento de animais. De acordo com Freire (1987, p. 44), “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”, o que para este autor só se dá através do diálogo.

Por acreditar que o anseio de aprender constituía a primeira grande tarefa que a instituição deveria realizar com os educandos, com a finalidade de criar as

condições indispensáveis para seguir desenvolvendo sua atuação educacional, busquei, durante minha prática nesta modalidade, direcionar o meu trabalho para que ficasse o mais próximo possível das diferentes realidades que encontrei, resgatando as vivências e histórias do grupo. Conforme demonstra Souza (1999, p. 14), uma prática nesses moldes,

[...] passa necessariamente pelo resgate do sujeito do processo de aprendizagem. Resgates possíveis a partir de uma prática docente que considere o aprender em uma dimensão mais ampla: no âmbito do conhecimento, da valorização da palavra e da autonomia e da inclusão de valores éticos e sociais. (SOUZA, 1999, p. 14)

Meu objetivo era promover a autoestima e a autonomia do grupo, considerando suas diversidades e modos de vida, sempre destacando que tudo aquilo que eles estavam aprendendo seria só um início, pois, com o passar dos dias, haveriam novas descobertas. Foi preciso construir a ideia de que estar na escola era um direito deles, enquanto cidadãos que participam e atuam nos diferentes espaços sociais que constroem seu cotidiano.

Entendo que cabe a eles dar continuidade a esses novos saberes para ter mais compreensão e possibilidades de dar significado ao que foi aprendido, pois para muitos a escola é o lugar onde os que não sabem vão aprender com quem sabe. Eles acreditam que só na escola é que haverá aprendizagem. Isso porque, aprendendo a ler e escrever instigamos o desenvolvimento de novas maneiras de representar a realidade. Esse vínculo com a realidade é importante, pois, conforme Paiva (1992, p. 87), a desvinculação gera:

[...] a não compreensão das razões pelas quais devem aprender o que lhes é apresentado, a distância entre conteúdos formais e realidade cotidiana, gera entre os estudantes alheamento ao que se passa na sala de aula ou um tipo de aprendizagem mecânica, mnemônica, que até permite que um aluno médio percorra as séries escolares sem que passe por uma efetiva socialização escolar e correspondente aprendizagem dos conteúdos curriculares.

Em geral, o grupo era muito assíduo, poucas vezes eles faltavam às aulas. Frio, chuva, nada os impedia de comparecerem, porém, mesmo assim, houve alunos que abandonaram os estudos. A maioria dos alunos era alfabetizada, muitos voltaram à escola para dar continuidade aos seus estudos. De acordo com Aguiar (2001, p. 88): “A educação de adultos não se limita à alfabetizar. É um processo

continuo de educação que vai desde a alfabetização escolar até a compreensão mais abrangente possível do mundo, relacionado-o e dando-lhe significado”.

Desta forma, a aprendizagem não se limita apenas ao que se aprende nas salas de aula, mas sim do que é ensinado na vida, no cotidiano, pois às vezes o que se ensina com muita teoria não tem uma boa compreensão pelos alunos. Sendo assim, se faz necessário realizar várias pesquisas sobre o que estão aprendendo e, após estas pesquisas, colocar em prática o que foi trabalhado na teoria para possibilitar aos educandos que tenham um melhor entendimento deste saber, como por exemplo, em uma aula onde vão ser abordados tipos de solo, talvez tenha alguns alunos que não saibam identificar as tais características de cada tipo de solo existente. Então, levar uma mostra de cada tipo para eles mesmos identificarem suas características os levará a uma maior compreensão da relação entre a teoria e a prática podendo o próprio aluno dar significado para o que está sendo ensinado. Isso significa ensinar e pesquisar a realidade ao mesmo tempo. Para tanto, concordo com Freire (1996, p. 32):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago.

Geralmente, ao retornar ou ingressar na escola os sujeitos da EJA buscam aulas direcionadas à leitura, à escrita e realizações de algumas operações que são utilizadas em seu cotidiano. Eles visam o que a escola ensina, deixando de lado, como a escola ensina, de que maneira, quais metodologias são utilizadas, eles não questionam como estão sendo trabalhados tais conteúdos, mesmo que não sejam de sua realidade, eles querem é aprender.

Por não acreditar que a alfabetização se resume apenas à aquisição da leitura e da escrita, acredito que é possível associá-lo às demais áreas do conhecimento e traçar caminhos pelos quais a alfabetização pode passar, partindo da realidade deste sujeito. O educando não lê apenas códigos, números ou textos, ele lê o mundo que o rodeia, as imagens que fazem parte de seu cotidiano. Portanto alfabetizar é conseguir fazer com que os alunos dessa fase de escolarização aprendam a ler e a compreender o mundo significativamente e prazerosamente, o que poderia definir aqui como letramento.

O letramento pode ser definido como estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. De acordo com Freire (1996, p. 52) é preciso “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Estes alunos acreditam que a ação do professor é o centro da aprendizagem. E é o professor que deposita o conhecimento dentro dos alunos, utilizando cópias, repetições e explicações, sendo assim todo o conhecimento vem do professor, imaginando que só ele é o único sábio do conhecimento, desconsiderando os seus próprios saberes de vida. Mas cabe ao professor mostrar para estes alunos que o seu conhecimento é papel de grande importância neste processo, e que ele, o professor, é o mediador deste conhecimento.

Educação de adultos ou de Jovens e Adultos é simplesmente Educação: processo de formação do ser humano para viabilizar e exercitar a transformação em si mesmo e no mundo, criando e recriando valores e conceitos, buscando sentido e significado para tudo que faz (AGUIAR, 2001, p. 88).

Desta forma, cabe ao professor, buscar caminhos que façam os alunos perceberem que são eles que constroem seus significados no âmbito escolar. Suas vivências são importantes neste processo e possibilitam o enriquecimento do processo escolar.

5. Conclusão

Ao longo do artigo traçamos o objetivo do trabalho que é o de focar os processos de inclusão social proporcionados na EJA como direito do cidadão que por diversos motivos procurou esta modalidade de ensino. Como dito, a EJA caracteriza-se por uma modalidade pedagógica flexível que ajusta as características e vivências culturais dos sujeitos à necessidade de conhecimentos formais, sentidas especialmente na inserção no espaço de trabalho.

Desde Freire, a educação de jovens e adultos vem caminhando na direção de uma educação democrática e libertadora, comprometida com a realidade social, econômica e cultural dos mais pobres. No entanto, ainda temos muito por construir nessa direção. Os primeiros pensamentos de uma adequação do currículo à realidade do educando trabalhador é defender uma prática pedagógica que se utilize

da dialogicidade. Pensando assim, o autor sempre foi muito crítico em relação à chamada educação bancária, que considerava o analfabeto uma pária ignorante, gaveta vazia onde o educador deposita conhecimentos. Tomando o educando como sujeito ativo de sua aprendizagem, Freire propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura, mas que a transformasse aos poucos através do diálogo, que na concepção do autor é capaz de transformar o mundo.

Até os dias atuais, ainda acontece uma prática educacional excludente, porém, apontam-se vários caminhos que tendem a modificá-la. Entre estes caminhos destacamos a legislação atual, os diversos estudos e pesquisas acadêmicos, as práticas educacionais, ainda que lentamente e gradualmente, que buscam melhorar a qualidade e a oferta da EJA, voltada para a construção de um conhecimento que desenvolva a criticidade, a participação e a conscientização dos direitos de todos os cidadãos.

6. Referências

AGUIAR, Raimundo Helvécio Almeida. **Educação de Jovens e Adultos, Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. In. SANT'ANNA, Rita Mara Lopes. (org) **Aprendendo com Jovens e Adultos**. Revista do NIEPE-.EJA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

AZEVEDO, Maria Amélia. PRADO, Elisabeth Camargo. MARQUES, Maria Lucia. **Alfabetização Hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A Juventude é Apenas uma Palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

CAPPELLETTI ,Mauro. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellem Gracie Northfleet. Porto Alegre, Fabris, 1988.

FREIRE, Paulo, 1920. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa/ Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que completam, 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

MATOS, Maria Almerinda de Souza, **Cidadania, Diversidade e Educação Inclusiva**: um diálogo entre a teoria e a prática na rede pública municipal de Manaus. Porto Alegre, 2008.

NEVES, Tânia Regina Levada, Tese (Doutorado). **2 Educação para cidadania**. Universidade Federal de São Carlos, 2005.

PAIVA, Vanilda. Violência e Pobreza; Educação dos Pobres. In: ZALVAR, Alba (Org.). **Violência e Educação**. São Paulo: Livros da Tatu, Cortez, 1992.

SOUZA, M.P. et al., (1999). **O resgate do desejo de aprender**: uma experiência educacional bem-sucedida em uma classe de aceleração. Trabalho apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG, set. CD-ROM.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença; uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. **Secretaria da Educação Continuada. EJA Caderno 1**. Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunos e Alunas da EJA. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf>. Acesso em 5 dez. 2015.

DOCUMENTO DE BASE NACIONAL. A. Desafios da educação de Jovens e Adultos no Brasil.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Parecer nº. CEB/CNE 11/2000.